

DIMENSÃO DO MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS PROFESSORES, EM SÃO PAULO, NO PERÍODO DE 1978-1988.

Mara Pavani da Silva Gomes

Introdução

Na tentativa de responde a questão: Por que os professores não conseguem efetivar na prática aquilo que postulam em seus movimentos de luta pela “educação”? Realizamos um estudo voltado à compreensão do movimento dos professores.

Durante o processo sentimos necessidade de situar o movimento dos professores no quadro mais geral dos movimentos de reivindicação dos trabalhadores brasileiros.

Entendido como movimento de classe média, o movimento reivindicatório dos professores se diferencia por características peculiares à classe média, promotora da distinção e da recusa ao nivelamento entre os trabalhadores “manuais” e “não-manuais”, além do apego à ideologia da meritocracia fundada na mitificação do dom e do mérito.

Objetivo focar os fatos relacionados com o movimento dos professores, a fim de compreender a natureza de classe média observada na forma de organização, na ideologia, na plataforma reivindicativa e nos métodos de ação.

Focalizamos o movimento de reivindicação dos professores do Estado de São Paulo, através da APEOESP, em sua constituição histórica, como representante dos interesses de classe e, por isso mesmo, assumindo posicionamento ideológico identificado na sua relação com o Estado e com o sindicalismo de maneira geral.

1. Caracterização da ideologia meritocrática

Antes de entrar no que podemos considerar, de fato, o movimento do magistério público do Estado de São Paulo, faz-se necessário situar o momento histórica e politicamente, a fim de capturar as disposições ideológicas alinhavadas em consequência dos movimentos empreendidos pelos diferentes grupos sociais.

O corte analítico realizado pela teoria de Saes (1985) no nível das relações sociais de produção – trabalho produtivo/trabalho improdutivo – permite situar uma posição comum no processo social de produção, destacando-se o trabalho improdutivo realizado pelo grande conjunto de assalariados dos serviços urbanos - (bancos, comércio, transporte), os administradores de empresas, os industriais, os funcionários do Estado – civis e militares – e os profissionais liberais. As orientações ideológicas, porém, jamais permitirão a completa associação desses dois grupos, já que, de um lado, estão os trabalhadores pertencentes à baixa camada média, e, de outro, os profissionais liberais e os funcionários públicos, que, pelas disposições próprias do trabalho, estão localizados em níveis mais elevados na escala social trabalhista.

Se pretendermos caracterizar os professores como um grupo social pertencente à classe média e portador de uma ideologia meritocrática, ou seja, daquela ideologia que concebe o trabalhador “não-manual” como portador de disposições especiais, representadas pelo dom e pelo mérito, e, por isso mesmo diferenciado dos trabalhadores “manuais”, necessitamos iniciar pela opção teórica que fundamenta a linha de raciocínio desenvolvida.

Exercitaremos essa caracterização através da exposição das idéias defendidas pelo autor – Décio Saes – nas páginas iniciais do livro *Classe média e sistema político no Brasil*.

Apresentando seu conceito de classe média e a forma de apreender suas orientações políticas, Saes diz ser necessário, primeiramente, caracterizar a história do desenvolvimento capitalista no Brasil, a fim de localizar os grupos sociais que constituem o objeto de sua análise. O autor mostra que, durante a etapa agrário-exportadora do capitalismo brasileiro, para consolidar o Estado Nacional e integrar a economia cafeeira no mercado mundial, criou-se no Centro-Sul um novo aparelho urbano burocrático de serviços-agentes do Estado, bancos, empresas exportadoras e organismos de financiamento.

A evolução dos serviços urbanos é uma resposta ao processo de industrialização que, devido a seu caráter de “urgência”, leva as populações urbanas à diferenciação de seu modo de vida e de consumo.

O problema é que naquela época era enorme a escassez de recursos e grande a quantidade de trabalhadores, o que acabou provocando o descompasso no desenvolvimento dos diferentes setores: alguns se desenvolveram mais, ao passo que outros sofreram com a falta de investimentos.

Essa situação permite ao Estado capitalista e à classe dominante criar a distinção entre “trabalho manual” e “trabalho não-manual”, decorrente do grau de capacidade advinda dos “dons” e “méritos” de cada um.

A orientação ideológica fragmenta a sociedade, criando um “grupo médio” com uma “consciência média” distinta da dos operários. Concorre para essa distinção o fato de o Brasil ter permanecido como colônia e usado por longo tempo a mão-de-obra escrava nas atividades produtivas, o que possibilita a associação com a atividade “manual”.

Dessa forma, o capitalismo separa, de um lado, os trabalhadores improdutivos “não-manuais” e, do outro, os produtivos “manuais” (ambulantes, de transporte, etc.) e classe operária, transformando-os em grupo médio.

Mas, na história do sindicalismo de classe média, encontramos em vários momentos a adesão da classe média a movimento reivindicatório, principalmente como resultado da situação econômica somada às conjunturas políticas.

Ao tratar do movimento dos professores, não o podemos fazer sem levar em conta a sua trajetória política, pois:

Quem, na década de 1950, atribuiria uma alta propensão à sindicalização a trabalhadores como professores, médicos e funcionários públicos? Esses trabalhadores mantinham-se indiferentes ou resistentes ao sindicalismo. Tinham uma postura elitista e viam esse movimento como algo apropriado aos trabalhadores manuais, não à classe média (Boito Jr., 2001).

2. As primeiras movimentações

Se 1930 marca o início do Estado populista, que concede aos trabalhadores uma legislação, faz nascer, no outro extremo, a maior parte dos grupos industriais. 1954 marcará o esgotamento dessas orientações político-econômicas com a tentativa de restauração agrário-exportadora pelas camadas médias tradicionais.

O antagonismo entre as classes fica mais visível com a pressão da classe operária sobre o Estado populista para que se abra às “categorias sociais”.

A classe operária reage à intensificação da industrialização que amplia o acúmulo de capital industrial pela exploração da força de trabalho. No conjunto das orientações sindicais médias, os professores reagem à degradação de seus salários e ao desprestígio profissional empreendendo uma luta pela reconquista da sua posição hierárquica.

É nesse período que nasce e se consolida o sindicalismo “médio” de Estado, principalmente os sindicatos dos bancários, jornalistas e comerciários, que podem ser identificados ideologicamente com o sindicato dos operários. Essas categorias de trabalhadores, pela sua identificação ideológica com o Estado populista, apesar de assumirem forma de ação e organização semelhantes às do sindicalismo operário, promovem uma ação reivindicatória na direção de assegurar vantagens econômicas e sociais como forma de ver atendidas suas demandas e revertida em seu próprio benefício a intermediação do Estado. Essa disposição ideológica indica as limitações de ação do sindicalismo médio resultantes da sua falta de compreensão quanto ao verdadeiro papel do Estado capitalista.

A linha da reivindicação corporativa dos sindicatos demonstra a existência de uma “consciência média”, que realiza uma divisão do trabalho urbano entre “trabalho manual” e “trabalho não-manual”, caracterizados em uma escala social. Localizando o sindicato dos professores no grupo do sindicalismo médio, podemos entender um dos aspectos marcantes da ideologia dos professores. O magistério era tido como vocação, como profissão de certo prestígio, sendo o professor respeitado e reconhecido como figura de importância na sociedade.

Nos anos 50, o nacionalismo é a forma de culto ao Estado, assumida pelas categorias sociais mobilizadas na luta pela soberania do Estado contra a penetração

imperialista, representada pela união entre a economia nacional e o capitalismo internacional. É um período de agravamento da dívida externa e diminuição do poder de manobra político-econômica do Estado. É um período de extensas lutas e que pode ser entendido pela síntese cronológica feita a partir da tese de Dobbeck (2000).

Em 1953, a APESNOESP conclama à luta contra o decreto que, declarado como medida de exceção, desdobra o Colégio Estadual de Perdizes, além de denunciar outras questões, como a lotação das classes e o provimento de cargos. Ainda em maio desse ano, a APESNOESP associa-se ao CPP e à associação dos ex-alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), na reivindicação da conclusão do concurso de remoção, e, no mês de junho, em Bauru, ocorre o Congresso da entidade.

O Brasil vivia um processo conspiratório contra o presidente João Goulart, que desembocaria na revolução comandada pelos militares em março de 1964.

Em 30 de setembro de 1963, o governo envia ao Legislativo a mensagem de Lei nº 236, dispondo sobre a concessão de gratificação especial de 25% aos professores primários. Além de excluir todo o pessoal ligado à burocracia do primário, a mensagem não faz nenhuma menção ao pessoal do ensino secundário.

Esse projeto desencadeia uma série de protestos de seus líderes na Tribuna da Assembléia, que culminam na “Marcha do Professorado” para o Palácio dos Campos Elíseos, em 12 de setembro, com repercussão nacional e apoio integral da população.

O Governo do Estado, a fim de evitar o desencadear de greves, toma uma série de medidas: reajuste de salário aos policiais, instituição de comissão de sindicância de greves, mensagem, no Diário Oficial, de professores contrários à greve. Mas não atende às reivindicações dos professores, e a greve eclode. Em 15 de outubro, os professores vão à Assembléia Legislativa, liderados pelo deputado Sólon Borges dos Reis, protestar contra o substitutivo do governo sobre o aumento de seus salários.

3. O movimento dos professores

A década de 60 presenciou algumas manifestações de rua, inclusive uma greve, liderada em conjunto pela APESNOESP e pelo CPP, em outubro de 1963. Apontar essa

greve constitui um fato relevante na medida em que ela representa o clima de pressão das massas urbanas sobre o Estado populista, compelindo-o a afastar-se da classe dominante.

O Estado populista se cerca de lideranças sindicais e políticas de esquerda, revelando a integração da classe operária ao poder e rompendo com a política de manutenção da ordem social que assegura a divisão social de classe. “Diante da ameaça contra a ordem social, o conjunto da classe dominante se recompõe para a luta contra o Estado populista” (Saes, 1985:130).

O Estado populista, na tentativa de executar uma política antiinflacionária, promove o aumento de salários, além de reconhecer o movimento político e sindical das esquerdas:

[...] diante da tolerância do poder populista com respeito a estas manifestações – de resto sustentadas pelo CGT-, os oficiais superiores das forças armadas se preparam para a restauração da “hierarquia” e da “disciplina” assim como para a destruição definitiva da ameaça de um “poder sindical” aliado ao “proletariado” militar (Saes, 1985:132).

Assim, os oficiais superiores das forças armadas superam suas divergências internas e passam a desempenhar o papel de “guardiães da ordem social”.

O auge da radicalização do populismo ocorre com a tentativa do governo de implantar suas políticas de reforma por decreto. A resposta se dá através da contramobilização da opinião pública pela classe dominante, tendo nos proprietários rurais, que pretendiam a reconquista da hegemonia, a principal força. Somam-se a eles as oligarquias rurais e os grupos agrário-exportadores, que lutam agora pela conservação de uma estrutura agrária e das relações de trabalho no campo. As camadas médias tradicionais também se associam à força hegemônica de mobilização dos proprietários rurais, principalmente pelo temor à proletarização e à recusa da democratização da política. Para tanto, assumem o combate da moralidade contra a corrupção, ou seja, a bandeira do “anticomunismo”.

Em decorrência da crescente inflação, a baixa camada média se alia à pressão sobre o Estado populista, fazendo despontar politicamente o sindicalismo de classe média e

tendo nos pequenos funcionários públicos a vanguarda do movimento. Como sintetiza Saes, a crise de 1964 é a própria expressão da luta de classes. Resposta do conjunto da classe dominante à radicalização do populismo sob o impulso da pressão popular ascendente.

Se, por um lado, o Estado populista caracterizou-se pela integração da classe operária via sindicalismo, o desmantelamento dessa integração interessava tanto à oligarquia agrário-exportadora quanto à burguesia industrial, e ambas se associam no apoio à intervenção militar. Com o início da ditadura militar, em 1964, o sindicalismo no Brasil parece viver uma situação diferenciada.

Conforme vários estudos mostraram, a ditadura militar que se inicia em 1964 estrangula o movimento sindical, mas não fecha os sindicatos, que continuam a executar as rotinas previstas na legislação trabalhista, ocupando-se, sobretudo da gestão de serviços assistenciais: assistência jurídica, médica e odontológica, cursos, bibliotecas e colônias de férias (Peralva, 1992:14).

Nesse período, pela repressão policial-militar, não só os sindicatos se calam, como também as escolas, os professores, os estudantes e a imprensa.

A “Lei Falcão”, entre tantas outras restrições, limita o acesso de candidatos às eleições. Nesse clima de opressão, os sindicatos dos professores – na época representado pela APESNOESP e pelo CPP – mantiveram-se, como todos os outros, prestando assistência a seus associados. Todas as lutas da categoria eram encaminhadas ao departamento jurídico, fato que provocou comentário do então Secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira: “Os professores são *sui generis*, porque as categorias profissionais em geral têm uma entidade de classe com um departamento jurídico. No caso dos professores, é o contrário: um departamento jurídico é que tem uma entidade na categoria” (História da APEOESP, <http://www.apeoesp.org.br/documentos/historia.htm>, 01/10/2003).

Nesse quadro, em que o regime militar impõe regras e controla todas as atividades sindicais, inexistente qualquer tipo de movimento de reivindicação. Mas é também nesse período que o número de professores sofre grande aumento, resultante da política de

expansão do ensino público, implementada pelos militares a fim de obter atendimento aos propósitos desenvolvimentistas do período de industrialização.

Nos anos 70, com o controle e a forte repressão por parte do Estado, todos os sindicatos, bem como a APEOESP, passam a desempenhar funções meramente assistenciais.

Destacamos também como se modifica, ao longo da década de 70, o discurso das lideranças e quanto isso é representativo das ações.

A forma de ação, principalmente o encaminhamento das reivindicações dos professores, nesse período, se caracterizava pela intermediação do departamento jurídico da APEOESP junto às autoridades:

O Departamento Jurídico da APESNOESP, em face da intensa repercussão do movimento visando à regularização dos professores admitidos a título precário, que reivindicam a definição de sua relação jurídica com o Estado, atendeu no mês de maio 3.754 consultas pessoalmente e 325 por cartas. Isso comprova a assistência que a associação presidida pelo Prof. Rubens Bernardo vem prestando ao professorado (*APEOESP em Notícias*, junho de 1973:2).

Outro expediente utilizado nesse período era levar pessoalmente um memorial com as “reivindicações” e “sugestões”, em reunião reservada entre o presidente da APEOESP e o Secretário da Educação.¹

A prática de solicitações diretas às autoridades, em nome da categoria, pode ser exemplificada por uma publicação do jornal *APEOESP em Notícias* de outubro de 1975, na página 3, em que o seu presidente, Sr. Rubens Bernardo, envia ao Presidente da República um memorial solicitando aposentadoria integral aos 25 anos de serviço a todos os professores do Brasil.

¹ Professor Rubens Bernardo entrega memorial ao secretário da educação, senhor José Bonifácio Coutinho Nogueira. In: *APEOESP em Notícias*, junho de 1975.

Servimo-nos desses exemplos a fim de apontar as diferenças que motivaram as assim denominadas *novas lideranças* à organização de um movimento que se propunha “recuperar a entidade” pela organização sindical da categoria.

Precisamos lembrar que a década de 70 configura uma complicada relação entre a Secretaria da Educação e os professores, representada principalmente pelas reformas administrativas estaduais, que, além de centralizar o controle administrativo, propõe a reorientação pedagógica através da LDB 5692/71. Como consequência, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) publica um documento de orientação à elaboração do Estatuto do Magistério, prevendo a vinculação da remuneração dos professores à qualificação em cursos, estágios, aperfeiçoamentos e especializações.

As reformas implantadas pelos governos militares conduziram a um contexto de degradação do ensino e de repressão que resultou na insatisfação geral dos professores que, por sua vez, esbarra em uma prática sindical acomodada ao controle do Estado, tanto que, em 1975, o acontecimento relevante da APEOESP foi a festa de aniversário de seu presidente.

O Estado monopolista, além de dismantelar os mecanismos populistas de integração, implementa uma política econômica desenvolvimentista, claramente favorável ao grande capital, com o financiamento das grandes empresas e a compressão salarial. Não nos esqueçamos de que os instrumentos institucionais de controle da atividade sindical continuam a existir e, mesmo não concordando, os setores médios assalariados aliam-se aos dirigentes sindicais pela aspiração a um Estado justo e de bem-estar social.

Precisamos recordar que, em 1964, a forma antipopulista assumida pelas camadas médias tradicionais é a da oposição da democracia ao comunismo, que, na verdade, comportava, além de uma política de privilégio social, o real temor à proletarização.

A contramobilização de 1964 comporta diferentes formas de campanhas e manifestações: o “movimento feminino” na defesa da moral e da religião, a defesa das instituições políticas democráticas pelos profissionais liberais (autoritarismo de elite) e a defesa de um Estado autoritário racional pelas novas camadas médias formada por técnicos e administradores das empresas.

O elemento convergente de todas essas disposições ideológicas, o medo à proletarização, encontra ressonância também nas baixas camadas médias – uma das grandes vítimas da inflação –, que se farão ouvir através do desenvolvimento de seus sindicatos, com o firme propósito de suscitar a intervenção soberana do Estado em favor de seus direitos.

Essa orientação ideológica permitirá a associação do sindicato às orientações políticas vigentes, reafirmando o sentimento de que, pela situação “não-manual” de trabalho, possuem um diferencial hierárquico nas ocupações de trabalho urbano. Na confluência das orientações ideológicas das baixas camadas médias, situamos, em particular, a ação da APEOESP no que concerne à sua ambigüidade: valorização do profissional diferenciado pela formação – educador missionário –, coexistindo com o assumir-se como trabalhador assalariado, à semelhança de todos os outros.

Os anos 1976-1977 são considerados o início do movimento de reorganização do magistério, conforme revela uma entrevista publicada no *APEOESP em Notícias* de agosto de 1988, em comemoração aos dez anos da APEOESP: Milhomem, um dos integrantes do Movimento, recorda que “o MUP surgiu como parte de um movimento geral dos trabalhadores de retomada da luta sindical. Suas reuniões não eram escondidas, mas eram resguardadas devido à repressão exercida pela ditadura”. Alguns professores integrantes do MUP começaram a discordar deste seu caráter fechado, acreditando que ele deveria ser mais aberto, menos rígido e não exigir uma definição político-ideológica marcada. Estas divergências políticas internas causaram o surgimento de um novo movimento que podia comportar a nova posição: o MOAP (Movimento de Oposição Aberto dos Professores).

Embora atuassem mais na rede particular de ensino, esses professores se identificavam com a retomada do movimento de luta da categoria:

Apesar das restrições, o movimento emergente de professores começou a dar alguns passos e (um dado importante no jogo, que iria ter influência no futuro) estabelecer alianças com

grupos políticos que, naquela época, eram semiclandestinos. Assim, organizações como a OSI (Organização Socialista Internacionalista), a Libelu (Liberdade e Luta), o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), a Palop (Organização Marxista Política Operária), a AP (Ação Popular), o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil) edificaram as várias tendências que atuaram junto a dois grupos de professores formados nesse período: o MUP (Movimento de Unificação dos Professores) e o MOAP (Movimento de Oposição Aberta dos Professores) (CEDI, 1993:24).

Precisamos recordar a gênese desses grupos políticos, localizados anteriormente, em meados do Estado populista, responsável pelo significativo aumento dos movimentos reivindicatórios, circunscritos ao MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores).

O MUP se caracterizava pela luta por sindicatos livres, independentemente de qualquer influência classista, único sindicato dos educadores e com abertura para outros sindicatos de trabalhadores.

Já o MOAP propunha a escola como núcleo de organização plenária, com caráter deliberativo. Era um movimento que atuava no sindicato enquanto oposição sindical, aberto à participação de todos os professores, com proposta de lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

Como esses dois grupos objetivavam a organização sindical dos professores associavam-se na coleta de assinaturas para um abaixo-assinado solicitando convocação para assembléia da entidade. Dessa forma, MUP e MOAP se articulavam, auxiliados pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) e pelo MR8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), na composição da chapa que venceria a eleição para a diretoria da APEOESP em 1978.

Em 7 de maio de 1977, realizou-se a primeira assembléia pós-golpe militar de 1964, na qual se aprovou a criação de uma comissão aberta, responsável pelo encaminhamento das decisões da assembléia e pela promoção de discussões junto à categoria.

Ainda na Assembléia de maio de 77, “O plenário deliberou que essa assembléia fosse transformada numa ampla comissão para encaminhamentos e divulgação das reivindicações dos professores. Nasceu então a Comissão Aberta” (CEDI, 1993:28).

Em decorrência da enorme participação de professores, só restava à diretoria da época o reconhecimento da ação reveladora do aparecimento de novas lideranças na organização do movimento, mas mesmo assim não deixaram de externar a ambigüidade existente e também de conclamar os professores à participação:

Todavia, para que se concretizem as aspirações do professorado, com a eliminação das anomalias atuais, é necessária a participação de todos e cada um dos mestres. Mais que isso, é preciso que todos assimilem uma frase prosaica: a APEOESP e sua diretoria, mais seus associados. Portanto, participe, pois são comuns os ideais e também A CASA É SUA, PROFESSOR (APEOESP em Notícias, maio de 77:1).

A comissão aberta passa a atuar paralelamente à diretoria da APEOESP. O rompimento entre a diretoria e as lideranças congregadas na “Comissão Aberta”, se deu por pressão desta. Só que, respondendo às pressões, a diretoria da APEOESP convoca uma assembléia pelo Diário Oficial, em espaço da Secretaria de Obras (e não na Educação), para o mês de julho – férias dos professores –, na cidade de Lucélia divisa com o Estado do Paraná.

Conseqüentemente, só compareceram 27 professores, mas, mesmo assim, foram feitas alterações significativas no estatuto: “necessidade de 1/3 dos associados para convocação de assembléias por iniciativa dos sócios (CEDI. 1993:29)”.

Precisamos lembrar os motivos que conduziram o grupo de professores, que viriam a se constituir na chamada *nova liderança*, à organização desse novo movimento. “Ano

de 1977. O movimento sindical encontrava-se em paralisia total. Nesse momento, a APEOESP atraiu a atenção dos professores ao desenvolver luta jurídica pela contratação de docentes precários” (Histórico da APEOESP, *Revista Formação Sindical*, p.10).

Esses professores eram contratados temporariamente e não possuíam amparo legal da CLT, por isso tornavam-se servidores sem concurso público.

Dessa forma, as novas lideranças, que se constituíram no grupo de oposição, iniciam sua proposta de organização do movimento dos professores pela reivindicação salarial de um de seus segmentos, prevendo uma forma de organização pela base, na luta contra o Estado-patrão.

Recordemos que esse é um período em que o Estado militar continua executando sua política repressiva favorável à expansão do grande capital e de compressão salarial, que atinge igualmente as baixas camadas médias e os operários não qualificados, e que os instrumentos constitucionais de controle da atividade sindical (imposto sindical, reconhecimento sindical) persistiram. Como consequência, os setores médios assalariados se tornaram incapazes de condenar o sindicalismo de Estado, ficando, portanto restrito à pura crítica dos aparelhos repressivos da política sindical oficial.

O período é de grandes dificuldades para o grupo oposicionista, que começa paulatinamente a liderar o movimento dos professores:

O processo de organização por regionais e subseções, iniciado com a greve de 1978, marcou um novo tempo para o movimento dos professores. Estreitou-se o vínculo entre a Comissão Pró-Entidade Única e os grupos que se constituíram em escolas, regionais e cidades do interior (CEDI, 1993:36).

Após a greve de 1978, que durou 24 dias, com ampla repercussão em todo o Estado e que resultou na conquista da principal reivindicação – reajuste salarial de 20% –, o CPEU organizou-se para concorrer às eleições da APEOESP em 1979 e buscou contatos com as demais entidades do funcionalismo público do Estado para a campanha salarial unificada. Além de participar de comissão criada pela Assembléia Legislativa sobre o Estatuto do Magistério, com várias emendas aprovadas, O CPEU “lança em

fevereiro de 1978 o primeiro número de um jornal alternativo de mobilização da categoria *O Precário* lidera desde então a organização do magistério para a ação coletiva” (Peralva, 1992:17).

4. a reorganização da APEOESP

O fortalecimento desses vínculos possibilitou a convocação de uma assembléia, em 9 de abril de 1979, quando foi deflagrada a greve unificada com o funcionalismo estadual e municipal da capital, mobilização inegavelmente motivadora do resultado das eleições para a APEOESP no dia 18 do mesmo mês.

Com a vitória da Comissão Pró-Entidade Única, tem início o processo de reorganização da entidade, que só se desenvolveria a partir da posse da nova diretoria, em 10 de maio de 1979, com liminar da Justiça.

A partir da eleição, começa uma disputa interna pelo destino da Comissão Pró-Entidade Única: se deveriam, como queria o grupo ligado ao MOAP, continuar como organismo dirigente, ou se deveriam submeter-se à nova diretoria. Desse conflito cria-se o Conselho de Representantes (CR): “Dessa disputa, nasce a proposta do Conselho de Representantes. No caso da APEOESP, o Conselho era uma instância deliberativa. Desta forma, foi acomodada a estrutura do CPEU” (Dobbeck, 2000:71).

Os conselheiros passam a fazer parte da diretoria e são eleitos por voto direto e secreto nas suas regionais.

Dada a necessidade de reformulação do estatuto de Lucélia, realiza-se um encontro estadual em Bauru, em que se determina que a instância máxima de decisões será o Congresso, abaixo do qual as assembléias e, subordinado a elas, o Conselho de Representantes (CR), que, por sua vez, tem poder de decisão sobre a Diretoria. Nessa estrutura serão incluídos, mais tarde, os Representantes de Escolas (RE).

Tal forma de organização permite que todos os professores, mesmo não associados, participem das discussões em que se elaboravam as propostas encaminhadas pelos representantes de escolas ao Conselho Regional. “Com esta estrutura, no auge de

sua atuação, consegue atingir indiretamente cerca de dez mil professores, representando cerca de 5% da categoria e 7% dos associados” (Dobbeck, 2000:73).

Em 1979, a entidade tem em seus quadros 32.000 associados, número que sofre significativa redução em 1981, em consequência da ação do Governador Paulo Maluf, que corta o repasse das contribuições dos sócios para a APEOESP. “A impossibilidade de desconto das mensalidades de seus sócios diretamente na folha de pagamento” (*Folha de São Paulo*, 21/07/1982) transforma-se em batalha judicial entre o governo e a diretoria da APEOESP, amplamente divulgada pela imprensa, e a luta se estende por alguns anos, com sucessivos mandados de segurança e liminares, na qual podemos apreender a interpenetração da luta “financeira” da entidade com os movimentos empreendidos em função do magistério:

Para Milhomem, a secretaria da Fazenda vem agindo no sentido de burlar a legislação, como parte de uma perseguição ideológica das mais insistentes, contra uma entidade tradicionalmente de oposição ao Governo do Estado, pois a APEOESP tem um peso muito grande no seio do professorado; sempre nos manifestamos contra a atual política educacional e as condições de vida e trabalho do magistério. As eleições estão aí. Mas a secretaria da Fazenda vai ter que devolver tudo e estamos estudando um modo de processá-la por danos físicos e morais (*Folha de São Paulo*, 13 de julho de 1982).

Outra estrutura presente à época, e também considerada altamente mobilizadora e envolvente, é a que diz respeito às comissões da entidade:

A definição da APEOESP como um sindicato de professores foi, nestes anos todos, motivo de controvérsias e consensos. Logo após a vitória da chapa 2, formaram-se várias comissões: Comissão Cultural, Comissão de Estatuto, Comissão de Jornal, Comissão de Apoio e Defesa, Comissão de Reorganização de Subsedes. Pelo trabalho dessas comissões, caminharam lado a lado as práticas culturais e sindicais e, de 1979 a 1981, foram muito importantes as enquetes realizadas entre os professores sobre a situação do ensino na escola pública (CEDI, 1993:42).

Destaca-se a ação do Departamento Cultural, que, nos anos 80, promove, além de outras atividades: mostras de teatro, músicas e artes plásticas; criação de comissões de professores por disciplina para discussão educacional e criação de material didático; realização de um congresso estadual de educação com entidades do magistério e estudantes para reunir interessados em educação e divulgar experiências.

Paralelamente, realizam-se congressos com a finalidade de discutir o funcionamento interno da entidade, como o Congresso de Campinas, em novembro de 1980, onde se institucionalizou o Conselho Estadual de Representantes (CR) e se aprovou o novo Estatuto da APEOESP.

Outra finalidade dos congressos é a discussão de temas gerais, como conjuntura política e questões educacionais:

3º Congresso Estadual de Educação: realizado entre 27 e 29 de março de 1985, no Anhembi. O congresso contou com seis mil participantes. Sua organização foi feita em conjunto por dezenove entidades: [...]. Como preparação para o III Congresso foram realizados, no segundo semestre de 1984, cinco Encontros por Área e cinco Congressos Regionais de Educação (Campinas, Baixada Santista, Ribeirão Preto, Bauru e Presidente Prudente). Houve dois debates em plenário: “O Educador e a construção de uma política educacional; Formação do Educador” (*Revista de Educação APEOESP*, nº 1, dezembro/1985).

O movimento em torno da aprovação do Estatuto do Magistério se constitui em outro elemento de mobilização por parte da entidade, intensamente ocupada em debatê-lo.

Desde a greve de 1978, formou-se, por determinação do Comando-Geral de Greve, uma comissão de professores responsáveis pela proposição de emendas ao projeto de Estatuto, retomando as questões de carreira anteriormente apontadas pela APEOESP e pela UDEMO (União dos Diretores do Ensino Médio Oficial) em 1974.

Como afirma Peralva (1992:18): “Até 1985, a luta salarial passa em grande medida por esse canal. Depois disso, ela se torna muito mais defensiva, assumindo o caráter de pura resistência contra a correção inflacionária.”

A discussão sobre o estatuto se transforma no tema central da greve de 1978, logrando influir em vários pontos do texto definitivo e, por isso mesmo, considerado como “conquistas” dos professores: o mesmo valor para aulas fixas ou extraordinárias; modificação nos critérios de evolução funcional; convocação para serviço extraordinário; direito à evolução funcional, quinquênio e demais vantagens aos professores ACT (Admitidos em Caráter Temporário).

Conforme observa o já mencionado trabalho de M.C.S. Teixeira, essas conquistas referem-se essencialmente a melhores condições de remuneração e à garantia dos direitos básicos para os docentes admitidos em caráter temporário, que constituíam naquele momento uma parte significativa dos professores secundários em exercício na rede (Peralva, 1992:18).

Nova forma de organização se deu quando da elaboração do Estatuto de 1985, por orientação da Secretaria da Educação no governo Montoro: reuniões nas escolas, fóruns regionais e reivindicações específicas de cada segmento do magistério.

Segundo o documento CEDI, citando o relatório da Regional Sudoeste, “não houve uma discussão sobre o papel da escola, sobre como os professores e demais profissionais em educação deveriam ser regidos, em função da escola que se pretendia. Não houve um fechamento das reivindicações, nem mesmo soubemos o destino dos resultados dos fóruns.”

A citação expõe o descontentamento dos professores com o novo Estatuto, que, na avaliação da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), atendeu muito mais aos especialistas de educação, representados pela UDEMO (União dos Diretores do Ensino Médio Oficial) e APASE (Associação dos Supervisores), ficando claras, mais uma vez, as contradições que há muito opõem professores e especialistas:

[...] não houve entendimento entre as entidades. Havia conflito de interesses, entre supervisores e diretores, de um lado, e professores, de outro. Na comissão que se formou com representantes das entidades, os professores ligados ao CPP (Centro do Professorado Paulista) eram antigos professores primários que, na época, exerciam funções de diretores ou de supervisores. Essa composição permitiu que os interesses de diretores e supervisores prevalecessem (CEDI, 1993:54).

Nem mesmo as reuniões e fóruns em conjunto, na organização dos debates e encaminhamento das propostas ao Estatuto, conseguiram romper os posicionamentos contrários das entidades. Lembramos a defesa feita pelo CPP e pela Associação dos Funcionários Públicos dos atos praticados, em final de mandato, pelo Governador José Maria Marin, que favoreceu financeiramente e com estabilidade no cargo alguns funcionários, sob contestação da APEOESP.

Porém a principal razão das contradições se expressa pela forma diferenciada com que o novo Estatuto tratou a revalorização do padrão de remuneração dos professores em detrimento da dos especialistas, argumentando que, desta vez, o governo possibilitou o alargamento da “hierarquia salarial entre os membros do magistério, abrindo-se a possibilidade de criação de uma casta de privilegiados (diretores e supervisores), contrariando os princípios da APEOESP de valorização do conjunto dos integrantes do processo educacional” (*APEOESP em Notícias*, nº123, setembro de 1985).

Não poderiam ficar sem consideração os acontecimentos que desembocaram na greve de 1984, por representarem uma forma até então desconhecida de congregar todas as entidades do magistério.

Quando em campanha, André Franco Montoro, no encontro com estudantes e professores no Teatro Ruth Escobar, garantiu que os salários iriam melhorar, a ponto de acompanhar a inflação (*O Estado de São Paulo*, 16/10/1982). Começa a construção de expectativa positiva de mudança, que se reafirma no dia da posse de Montoro, quando o Secretário da Educação, Paulo de Tarso Santos, diz apoiar a proposta de 30% de hora-atividade na jornada de trabalho do professor.

Como as promessas não se concretizam – não foram devolvidas as cinco referências tiradas no governo Maluf; não houve apresentação de nenhum plano de reposição das perdas salariais –, realiza-se um ato de protesto, com a participação de 15 mil professores, em frente ao Palácio dos Bandeirantes, a que se segue uma reunião entre secretários e uma comissão de 30 representantes do magistério.

No mês seguinte, em 4 de abril, é deflagrada a greve do magistério estadual, com duração de 12 dias e ampla divulgação pela mídia e apoio da população, levando os parlamentares a interferir em favor do magistério. Talvez essa tenha sido a greve mais bem-sucedida do magistério e provavelmente tenha se devido à união das entidades:

O comando de greve foi formado por quatro representantes de cada entidade, encarregados da negociação. A organização da greve foi responsabilidade de comandos regionais e um comando-geral, com duas centrais de informação instaladas nas sedes do CPP e da APEOESP. Diferentemente de outras greves realizadas pelos professores, nesta praticamente não houve repressão por parte de diretores, supervisores e delegados de ensino. Em muitos lugares (em Franca, por exemplo), o próprio delegado assumiu a liderança (CEDI, 1993:49).

Na medida em que o movimento do magistério, nesse período, se caracteriza fortemente pela luta puramente salarial, vemos eclodir as divergências inter-categorias.

Peralva (1992), ao analisar a crise do movimento dos professores, situa 1984 como “o ponto de inflexão do movimento docente. A luta sindical e a luta educacional aparecem como orientações complementares da ação coletiva”, levando o debate entre elas a traduzir-se em desavenças:

O contraponto dessa desorientação é o esgotamento de uma estratégia cada vez mais diretamente apoiada na pura luta salarial e na greve. A aliança com os especialistas, que essa estratégia pressupõe, na perspectiva da formação, a prazo, de um sindicato único de trabalhadores de educação, é, concretamente, minada pela hierarquia dos estatutos respectivos

e pelos diferentes interesses contraditórios em jogo (Peralva, 1992:63).

Continuando, encontramos, no mesmo texto, a questão da hierarquia salarial explicitada em entrevistas de funcionários de escola que discorrem sobre as contradições, levando a autora a concluir que:

[...] a pura luta salarial parece estreita para construir as bases de uma unidade entre os professores e os demais trabalhadores em educação. Que significa isso, senão que os interesses salariais são tomados como base, chega-se não à unidade, mas às contradições de status que hierarquizam uns face aos outros? (Peralva, 1992:64)

Sabemos que os salários e a ascensão docente na carreira são relacionados aos níveis hierárquicos. Ou seja, o professor melhora o nível salarial na medida em que ascende na carreira – os níveis salariais são definidos pela mobilidade na carreira –, possibilitados por títulos e concursos, conferindo aos que ascendem o mérito acadêmico.

Se, de um lado o aumento, salarial depende da carreira e, portanto, do esforço e da dedicação pessoal do outro, a luta coletiva representada pela ação sindical se configura em expectativa muito diferentes.

Talvez a expectativa de aumento salarial através de ascensão na carreira seja a mais vislumbrada pelos professores, levando-os a descartar a luta sindical coletiva, ou seja, considerar como legítima a via individual de elevação salarial. Em resumo, a meritocracia e o comportamento individualista são elementos de resistência à ação sindical.

BIBLIOGRAFIA

BOITO JR., Armando. O sindicalismo tem futuro?. **Revista PUC Viva**. São Paulo, 2001, n.11, ano 3, mimeo.

COSTA, Ernestina da Silva et al. A mobilização dos agentes educacionais do sistema estadual: breve histórico. **Caderno de pesquisa**. Fundação Carlos Chagas (41): 49-63. Maio, 1982.

DOBBECK, Vera Lucia Aparecida de Castro. **O professor e a categoria profissional: a construção da consciência política**. São Paulo: FEUSP, 2000. Dissertação de mestrado, mimeo.

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, V.16, nº 46, junho de 2001.

FANTINATTI, Márcia. **O movimento docente na universidade pública**. São Paulo: Editora Alínea, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3º edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

KRUPPA, Sonia Maria Portela. O movimento de professores em São Paulo – O sindicalismo no serviço público – O Estado como patrão. São Paulo: FEUSP, 1994. Dissertação de mestrado, mimeo.

LEAL, Luciano Nunes. **O Brasil no século: cidades crescem, educação melhora**. O Estado de São Paulo, 30/09/2003

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Idéias e lutas de um burguês progressista**. 2º edição. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965. Apud Saes, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz editor, 1985, p.81.

PERALVA, Angelina Teixeira. Reinventando a escola: a luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática. São Paulo: FEUSP, 1992. Tese de Livre Docência, mimeo.

PEREIRA, Gilson R. de M. **A servidão ambígua - um estudo sobre valores do magistério oficial paulista (1980-1990)**. São Paulo: FEUSP, 2000. Tese de Doutorado, mimeo.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e queda do professor**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Apud Saes, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**, São Paulo: T. A. Queiroz editor, 1985. Tradução de Malu Gitay. p.29.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**, São Paulo: T. A. Queiroz editor, 1985. Tradução de Malu Gitay.

-----2003. **Classe média e escola capitalista**. Artigo apresentado no XXVII Encontro da SNCOPS em outubro de 2003. Mimeo.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visão da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.14, (41): 103-120. São Paulo. Outubro, 1999.

TOURAINÉ, Alain. **Industrialisation e conscience ouvrière à São Paulo: Sociologie du travail**, nº 4/61. Paris, outubro/dezembro, ano 3. Apud Saes, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**, São Paulo: T. A. Queiroz editor, 1985. Tradução de Malu Gitay. p.87.

TROYANO, Annez Andraus. **Estado e Sindicalismo**. Apud Dobbeck, Vera Lucia Aparecida de Castro. **O professor e a categoria profissional: a construção da consciência política**. São Paulo: FEUSP, 2000. Dissertação de mestrado, mimeo. p.78.

VIANNA, Claudia. Os nós dos “nós”. Crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

WEFFORT, Francisco. **Le populisme dans la politique brésilienne**, nº 257. Paris, outubro de 1967. Apud Saes, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**, São Paulo: T. A. Queiroz editor, 1985. Tradução de Malu Gitay. p.84.

PERIÓDICOS

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. **APEOESP – dez anos – 1978/1988**: memória do movimento dos professores de ensino público estadual paulista. São Paulo, CEDI/PEEP, 1993, 90p.

História da APEOESP, <http://www.apeoesp.org.br/documentos/historia.htm>.
01/10/2003.

Histórico da APEOESP. **De associação assistencialista e antidemocrática a um sindicato combativo e democrático**. Revista Formação Sindical, julho de 2003. São Paulo, APEOESP.

Revista de Educação APEOESP, nº 1, dezembro/1985.

JORNAIS

APEOESP em Notícias, junho de 1973:2

APEOESP em Notícias, junho de 1975

APEOESP em Notícias, novembro de 1975:4

APEOESP em Notícias, maio de 77:1

APEOESP em Notícias, novembro / dezembro de 1978

APEOESP em Notícias, abril de 1979

APEOESP em Notícias, setembro de 1985

APEOESP em Notícias, junho de 1987

APEOESP em Notícias, junho de 1988:8

APEOESP em Notícias, julho de 1988:11

APEOESP em Notícias, agosto 1988:4-5

APESNOESP em Notícias, abril de 1972

Folha de São Paulo, 13/07/1982

Folha de São Paulo, 18/07/1982

Folha de São Paulo, 21/07/1982

Jornal da APEOESP, setembro de 1978

Jornal dos Professores, junho de 1983, publicação do CPP

O Estado de São Paulo, 30/09/2003

O Estado de São Paulo, 16/10/1982.